

O Partido dos Trabalhadores e a Regularização Neoliberal no Brasil (2003-2016)

Lisandro Braga*

Introdução

Neste artigo, partimos de uma análise marxista dos regimes de acumulação, das particularidades de sua episteme e de sua perspectiva na periodização do capitalismo, especialmente no Brasil contemporâneo, entre os anos de 2003 e 2016. A teoria marxista do regime de acumulação integral foi desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Nildo Viana em sua obra *O capitalismo na era da acumulação integral* (2009) e tem sido a base para diversas outras pesquisas de intelectuais brasileiros (Maia, 2015; Braga, 2020, 2020a, 2024; Orio, 2019, 2020; Vasco, 2022).

Uma das principais questões abordadas, tanto pela Escola da Regulação quanto pela teoria marxista dos regimes de acumulação, é a estabilidade que a sociedade capitalista busca para assegurar sua reprodução histórica. Nesse contexto, algumas perguntas se tornam centrais para ambas as perspectivas: Como o capitalismo tem se reproduzido ao longo de seus séculos de existência? Qual conceito é mais adequado para analisar a história da sociedade capitalista e como podemos periodizar a era contemporânea?

No entanto, é importante esclarecer que, apesar de utilizarmos o mesmo termo "regime de acumulação", nosso trabalho não se alinha à concepção da escola francesa (regulacionista). Pelo contrário, buscamos ressignificar o termo a partir de uma abordagem marxista, uma vez que acreditamos que o regulacionismo apresenta limitações que refletem os próprios limites do paradigma hegemônico da época (1950-1970), ou seja, o paradigma reprodutivista, que teve forte influência sobre essa escola por meio do estruturalismo althusseriano, do keynesianismo e do institucionalismo (Braga, 2003; Filho, 2019; Viana, 2019).

Este estudo tem como objetivo analisar como o Estado neoliberal subordinado tenta regular o regime de acumulação integral no Brasil e suas dinâmicas durante os treze anos de governos progressistas (2003-2016).

A acumulação capitalista contemporânea

Desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, tornou-se imperativa para a burguesia a necessidade de enfrentar tanto a tendência decrescente da taxa de lucro quanto as

* Professor de Teoria Marxista e Sociologia Latino-americana na Universidade Federal do Paraná/UFPR e investigador do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social/NECCSO.

lutas operárias radicais. Inicialmente, o bloco dominante buscou responder a essas exigências dentro dos marcos do regime de acumulação conjugado (1946–1980), especialmente por meio da Comissão Trilateral — iniciativa do banqueiro David Rockefeller — composta por representantes de diferentes frações de classe (burgueses, intelectuais, burocratas partidários e sindicais). Esse esforço articulou a formação de um bloco dominante global (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão), voltado à construção de alternativas à crise da lucratividade, com o objetivo de reverter a tendência descendente da acumulação capitalista, a partir de 1973, ainda sob a vigência do regime de acumulação conjugado.

Esse conjunto de reconfigurações iniciais, que no futuro não teve grande efeito sobre o curso descendente da acumulação capitalista, revelou o esgotamento do regime de acumulação conjugado e a necessidade de um novo regime de acumulação capaz de promover uma "reestruturação produtiva" do capital no mundo. O ciclo de constituição do regime de acumulação integral se dá a partir das décadas de 1970-1980, ampliando-se entre 1980-1990, consolidando-se entre 1990-1999 e, a partir de 2000, entra no ciclo de dissolução, que começa com seu enfraquecimento (2000-2008) e entra em seu período de desestabilização a partir de 2008.

A forma estatal correspondente ao regime de acumulação integral é o Estado neoliberal, instituído com a finalidade de regularizar as relações de trabalho indispensáveis à sustentação desse regime, bem como de organizar as demais formas de regularização social. Nesse contexto, as regularizações neoliberais buscam viabilizar a acumulação integral por meio da intensificação da exploração e da precarização do trabalho, da expansão do subemprego, da cooptação da burocracia sindical e do esvaziamento de sua capacidade de negociação. Assim, o Estado neoliberal se configura como expressão social concreta desse processo de regularização.

Embora a ofensiva predominante do Estado neoliberal entre as décadas de 1980 e 1990 tenha logrado retomar, ainda que parcialmente, o curso ascendente da acumulação capitalista, nas décadas seguintes o capitalismo voltou a enfrentar a tendência decrescente da taxa de lucro no interior do regime de acumulação integral, ingressando, mais uma vez, em um novo ciclo descendente de acumulação.

No entanto, é importante destacar que o regime de acumulação integral, assim como os regimes de acumulação que o precederam, e seus elementos constitutivos são históricos, pois ao longo de sua vigência, apesar de manter sua essência qualitativa, sofre mudanças

formais, quantitativas e de intensidades. O próprio Estado neoliberal, como forma de Estado correspondente aos propósitos do regime de acumulação integral, passa por essas mudanças ao longo de sua história, não sendo a-histórico e estático.

A mudança histórica no interior de um regime de acumulação e de sua forma estatal pode ser mais bem compreendida por meio da identificação de seus ciclos constitutivos: constituição, consolidação e dissolução. A constituição da forma estatal neoliberal, ao contrário do que sustentam diversos ideólogos, não resulta da simples formulação e aplicação de ideias e propostas neoliberais, tampouco seus efeitos ditos “inesperados” indicam uma suposta ineficácia (BROWN, 1995; 2019). Trata-se, na verdade, de uma resposta à exigência de regularizar o curso ascendente da acumulação capitalista a partir dos anos 1980, por meio do aprofundamento da exploração do trabalho, da reconfiguração da divisão social do trabalho, da ampliação da mercantilização das relações sociais e da intensificação da burocratização das formas de regularização social, entre outros processos articulados.

O ciclo de constituição do regime de acumulação integral — e, por consequência, do Estado neoliberal que busca regularizá-lo — caracteriza-se, entre as décadas de 1980 e 1990, pela consolidação de uma multiplicidade de novas formas estatais de regularização social (trabalhista, previdenciária, sindical, monetária, cultural, repressiva, entre outras). Tais formas expressam a imposição de um disciplinamento social dirigido às classes sociais inferiores, promovido pela difusão de um modo de vida pautado na intensificação da exploração do trabalho (via ampliação da jornada e aceleração dos ritmos laborais), na precarização generalizada das relações de trabalho e das relações sociais, na expansão da chamada classe marginal do capitalismo (lumpemproletariado) e das condições miseráveis que a acompanham no contexto neoliberal, no crescimento da violência social associado à intensificação da repressão preventiva e do controle contrainsurgente sobre amplos contingentes das classes sociais inferiores, bem como pela consolidação de uma hegemonia cultural de matriz neoliberal (Braga, 2020; 2020a; Wacquant, 2003; 2008; Davis, 2006).

No entanto, a trajetória do neoliberalismo jamais foi um “mar de rosas” para os interesses da burguesia e sua associação fundamental, o Estado capitalista. Isso porque, embora represente a forma mais favorável ao capital — assegurando privilégios às suas classes auxiliares (como a burocracia estatal, partidária, sindical e a intelectualidade) e apenas garantias mínimas às classes subalternas (em áreas como educação, saúde, lazer e segurança)

— o descontentamento social cresceu ao longo da década de 1990, desencadeando importantes resistências e protestos contra o neoliberalismo em diversos países.

No México (Chiapas, 1994) surgiram as lutas neozapatistas com o Exército Zapatista de Libertação Nacional/EZLN; na Argentina, surgiram diversos conflitos sociais a partir do Santiaguénazo (Santiago del Estero, 1993), passando pelos diversos movimentos piqueteros (desempregados) (Cutral Có e Plaza Huincul, 1996/97, Tartagal e Mosconi, 1999, Grande Buenos Aires, 1995-2002), pelo movimento de protesto dos autoconvocados (Corrientes, 1999), pelas diversas marchas, assembleias de bairro, bloqueios de estradas e ocupações de fábricas em todo o país; em Seattle (1999) nasceu o movimento antiglobalização, que ressurgiu em várias outras ocasiões, como a Batalha de Gênova (2001), etc. A partir de 2000, o neoliberalismo entrou em sua terceira fase, caracterizada pela relativa desestabilização do regime de acumulação integral (Braga, 2020b).

O ciclo de desestabilização da acumulação integral

Durante seu ciclo de criação, o regime de acumulação integral foi marcado por momentos de grandes dificuldades e obstáculos, especialmente nos Estados Unidos. Embora tenha garantido parcialmente o retorno da tendência ascendente da acumulação de capital, a partir de seu ciclo de consolidação (1990-1999), persistiram as dificuldades em combater a tendência decrescente da taxa de lucro. Mesmo antes de completar uma década de tendência ascendente na acumulação (1986-1995), a acumulação integral nos Estados Unidos ("termômetro" da acumulação capitalista global), a partir da segunda metade dos anos 1990, começou a sofrer novamente a tendência de queda na taxa de lucro e, conseqüentemente, o retorno do curso descendente da acumulação capitalista (Brenner, 2003).

Diante dessa tendência, surge um problema constante para os capitalistas: onde investir o excedente de capital para alcançar uma maior rentabilidade? A solução encontrada foi investir na especulação de ativos e na reprodução ampliada do mercado de consumo por meio de maiores facilidades na concessão de crédito, provocando um aumento do endividamento. Mas, antes de passar para essa realidade concreta nos Estados Unidos, gostaríamos de analisar teoricamente o que há por trás desse "comércio capitalista de dinheiro" (Marx, 1985).

O capital monetário só pode ser compreendido na dinâmica da produção capitalista de mercadorias, ou seja, na produção de mais-valor. Embora o capital portador de juros (e o

capital comercial) preceda a sociedade capitalista, dentro dela sua dinâmica segue a dinâmica do modo de produção capitalista, já que agora isso é sua determinação fundamental. O sistema de crédito está vinculado ao desenvolvimento do comércio monetário, que acompanha espontaneamente o comércio de mercadorias e consolida assim um mercado determinado, o mercado monetário capitalista (Marx, 1985; Maia e Viana, 2022).

A totalidade do capital bancário (dinheiro, ouro, papéis/notas, títulos, hipotecas, ações, etc.), administrado por instituições (bancos, bolsas de valores, agências, etc.), é composta principalmente de "capital fictício" e/ou capital monetário nominal, uma vez que seu processo de valorização e desvalorização tem uma dinâmica própria, não coincidindo concretamente com a acumulação capitalista (produção e reprodução social).

Mas não nos deixemos enganar pela aparência do fenômeno, pois não se trata de um processo isolado de apreciação/desvalorização, já que

os juros nada mais é do que uma dedução do lucro bruto, portanto, uma rubrica em que se divide o mais-valor. Então, embora a acumulação de capital monetário emprestável tenha uma dinâmica de valorização e desvalorização de seus papéis que lhe é peculiar, ela não é isolada da reprodução do capital (Maia e Viana, 2022, p. 33).

O capital monetário de empréstimo expressa concretamente sua particular dinâmica de apreciação e desvalorização que, embora tenha certa autonomia, só pode ocorrer dentro da dinâmica da reprodução social capitalista geral e gerar mudanças dentro dela.

Em *O Capital*, volume III (1985), Marx aponta — ainda que de maneira pouco desenvolvida — os efeitos do capital monetário, especialmente do sistema de crédito, sobre o processo de produção capitalista. Em última instância, trata-se de uma expressão da própria lógica da produção de mercadorias, voltada tanto à mediação da igualação da taxa de lucro quanto à redução dos custos de circulação e ao aumento da velocidade do processo produtivo. O sistema de crédito permite a socialização dos investimentos por meio da associação de capitalistas, facilitando a formação de sociedades anônimas e viabilizando o recurso ao capital alheio (particularmente o bancário) para a exploração da força de trabalho com capital emprestado. Esse mecanismo, segundo Marx, promove uma “aceleração do processo de reprodução em geral” (Marx, 1985).

Essa compreensão geral é fundamental para apreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo, especialmente ao evidenciar a relação social entre suas classes fundamentais — burguesia e proletariado — sem, contudo, negligenciar a diversidade e a complexidade

inerentes à atuação de suas frações de classe (industrial, comercial, bancária, infraestrutural, agrária, etc.) e aos múltiplos interesses que as atravessam. Além disso, é necessário considerar o papel desempenhado por outras classes sociais, como a burocracia e suas diversas frações (empresarial, estatal, partidária, sindical, militar), que constituem uma classe poderosa e representam uma grave ameaça às classes sociais inferiores, em virtude de sua colaboração ativa na manutenção da dominação burguesa. Soma-se a isso o papel da intelectualidade, que contribui para a reprodução dessa dominação por meio de seus “véus ideológicos”, bem como a atuação de outras classes sociais e a própria dinâmica da luta de classes e interclasses, elementos centrais para a reprodução social capitalista na contemporaneidade.

Essa compreensão geral é essencial para entender a dinâmica capitalista contemporânea, ao perceber a relação social que se estabelece entre suas classes fundamentais (burguesia e proletariado), mas sem perder de vista a diversidade e complexidade que envolvem a ação de suas frações de classe (industriais, burguesia comercial, bancária, infraestrutural, agrária, etc.), os múltiplos interesses que as permeiam, bem como um conjunto de ações realizadas por várias outras classes sociais, como a burocracia e suas frações (empresarial, estatal, partidária, sindical, militar), que representam uma classe poderosa e uma grande ameaça para as classes inferiores, devido à sua colaboração com a dominação burguesa, a intelectualidade, com todos os seus “véus ideológicos” que obscurecem essa dominação, e várias outras classes sociais e a dinâmica da própria luta de classes e interclasses que implica na reprodução social capitalista na época contemporânea.

Nesse sentido, é necessário superar as análises fetichistas que dominam a discussão intelectual sobre o chamado "sistema financeiro", "capitalismo financeiro", "valorização financeira", etc. Marx foi o primeiro teórico a perceber o fetichismo na forma burguesa de entender a realidade social concreta: "não é mais do que uma certa relação social entre os próprios humanos que para eles aqui toma a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (Marx, 1985a, p. 71).

Os limites da autonomia da burguesia bancária e seus interesses estão em sua dependência dos interesses de outras frações da classe burguesa (industrial, comercial, infraestrutural, construção civil, etc.), em sua dependência da reprodução social capitalista em geral, como o consumo de outras classes sociais, a capacidade de regular essa capacidade de consumo, toda a regularização social realizada pela burocracia, etc. Embora o capital bancário desempenhe um papel essencial na promoção da circulação de dinheiro e mercadorias, não

existe uma "supremacia do capital financeiro" (Boito, 2018), já que, como mencionamos, o capital bancário depende da produção do próprio capital, ou seja, da produção e extração da mais-valor (exploração do proletariado).

Voltando à realidade americana, a partir de 1995, junto com a queda da taxa de lucro da burguesia industrial, disparou o valor especulativo das ações, promovendo a expansão da liquidez e garantindo oportunidades de lucro que a produção industrial não podia garantir. No entanto, vale lembrar que o aumento do valor das ações só foi possível graças ao auge da acumulação no setor industrial na década anterior, o que revela sua dependência do capital produtivo.

A regularização bancária neoliberal como um todo permitiu uma queda significativa dos custos da dívida e uma valorização do dólar, mantendo uma sensação generalizada de que a economia americana ia "de vento em popa". A bolha especulativa americana e seu efeito de prosperidade garantiram seu auge econômico, da mesma forma que ajudaram vários países capitalistas a enfrentar suas recessões.

A partir de 1997, contudo, a produção capitalista norte-americana e sua capacidade de competir no mercado internacional começaram a perder fôlego, acompanhadas por uma queda nas exportações e, conseqüentemente, por uma nova redução em sua rentabilidade. Essa inflexão expressa uma contradição inerente à própria regularização monetária que, ao mesmo tempo em que impulsionou o mercado de ações, o consumo e os investimentos, também promoveu a valorização do dólar. Tal valorização, por sua vez, limitou a rentabilidade e a expansão da produção, tornando-a mais exposta à tendência descendente da acumulação capitalista em escala internacional (Brenner, 2003).

Os sinais de que a acumulação integral havia ingressado em seu ciclo de dissolução começaram a se evidenciar no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. As grandes expectativas depositadas nas empresas ponto.com e o aumento dos investimentos que elas impulsionaram ao longo dos anos 1990 enfraqueceram na década seguinte, diante das graves dificuldades provocadas pela explosão da bolha especulativa. Frente a essa crise, tornou-se necessário buscar novos espaços para a valorização do capital, destacando-se o mercado de financiamento imobiliário, sustentado pela especulação no setor. No entanto, esse mecanismo logo encontrou obstáculos para sua reprodução ampliada, sendo inicialmente afetado no segmento de maior risco — o subprime —, antes de se expandir e contaminar o conjunto do sistema bancário e financeiro.

Com uma maior extensão dos efeitos desse curso descendente da acumulação capitalista americana para outros setores e países, assim como seu aprofundamento, a tendência foi que os países capitalistas subordinados, como o Brasil, fossem atingidos de forma cada vez mais impetuosa, conduzindo-os também para um curso descendente da acumulação capitalista: queda do valor das mercadorias, fuga de capitais, desvalorização da moeda nacional, redução da demanda interna e da atividade econômica (produção e distribuição/circulação de mercadorias), etc.

Dessa forma, se iniciaria o ciclo de dissolução do regime de acumulação integral no Brasil e um aprofundamento do neoliberalismo no país (neoliberalismo discricionário).

O regime de acumulação integral no Brasil (2003-2016)

Neste trabalho, o Estado (capitalista) é entendido como a principal forma de regularização das relações sociais no capitalismo, o que significa que é a principal forma social que reproduz a sociedade capitalista como um todo, tornando-a regular com o objetivo de promover a acumulação de capital.

Nossa análise entende o Estado como uma instituição burguesa, um aparato do capital que tem relativa autonomia em relação a ele, e essa autonomia se expressa nas ações da burocracia estatal, uma fração de classe da burocracia, uma das classes sociais que surgem das formas de regularização das relações sociais capitalistas. Da mesma forma, podemos dizer que a autonomia dos governos em relação ao Estado também é relativa, como ficou demonstrado com o impeachment do governo Dilma em 2016 "com o Supremo (Tribunal Federal) e com tudo".

Dito isso, como caracterizar o Estado brasileiro e seus respectivos governos durante os treze anos de gestão do Partido dos Trabalhadores (2003–2016)? Ao longo de mais de uma década de regularização estatal neoliberal no Brasil — especialmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) — consolidou-se um conjunto de formas sociais neoliberais, marcadas pela redução dos gastos públicos, pela eliminação da exclusividade estatal sobre setores estratégicos da infraestrutura e por um amplo processo de privatização de empresas estatais. Esse processo foi acompanhado pela concessão irrestrita de liberdade aos capitais transnacionais para remeterem lucros ao exterior e pela imposição dos interesses da burguesia bancária transnacional, notadamente por meio de políticas de altas taxas de juros. Tais interesses se afirmaram hegemonicamente no interior do bloco dominante mundial,

sobretudo através da competição internacional, impondo novas relações sociais pautadas na superexploração e na precarização do trabalho — associadas ao toyotismo e suas variantes. A adoção de políticas monetárias rígidas e sucessivos ajustes fiscais visava, nesse contexto, recuperar a trajetória ascendente da acumulação capitalista no país, assegurando os interesses da burguesia transnacional (bancária, industrial, infraestrutural, agrária etc.) e de uma burguesia nacional subordinada.

Diante da possibilidade de eleição do candidato do PT (Lula) à presidência da República em 2002 — e do risco, ainda que pouco provável, de que seu governo deixasse de “beijar a cruz” do neoliberalismo, dado o grau de consolidação da forma estatal neoliberal no capitalismo imperialista (já firmada nos anos 1980 na Europa e nos Estados Unidos, e na América Latina durante a década de 1990) — a candidatura foi alvo de intensa pressão por parte da burguesia transnacional e de suas agências. Estas exigiram de Lula e de seu partido um compromisso público com a manutenção dos “contratos nacionais e internacionais” firmados ao longo da década anterior.

Vale lembrar que o Partido dos Trabalhadores, como oposição, foi uma das principais vozes críticas ao processo de regularização neoliberal do Estado, impulsionado pelos dois mandatos de FHC (1995-2002) e se apresentou como uma alternativa ao neoliberalismo, o que gerou medo e pressão da burguesia transnacional e nacional subordinada à possibilidade da eleição de Lula em 2002.

A retomada do curso ascendente da acumulação de capital, viabilizada pela ofensiva neoliberal da década anterior, também tornou evidente o mundo de exploração e miséria ilimitadas que o neoliberalismo impunha às classes sociais inferiores e a frações de outras classes, como os setores marginalizados da intelectualidade — entre os quais se encontram docentes das redes municipais e estaduais, servidores públicos diversos, trabalhadores precarizados do setor público, entre outros. A esse quadro somavam-se diversos grupos sociais atingidos pela precarização das condições de vida, como a juventude engajada no ativismo estudantil, entre outros. Diante desse cenário de aprofundamento da precarização e da degradação social, o bloco progressista liderado pelo PT já não podia ignorar os efeitos do neoliberalismo. Foi exatamente nesse contexto que a candidatura de Lula se apresentou como uma alternativa à continuidade do projeto neoliberal representado por José Serra, candidato do mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Por essa razão, o aceno do PT à burguesia nacional e transnacional subordinada chegou através de diversos discursos disfarçados, como o transmitido na “carta ao povo brasileiro” de junho de 2002, que, em definitivo, se comprometia a manter a regulamentação neoliberal, através da continuidade do ajuste fiscal, controle da inflação e políticas de câmbio flutuante do governo anterior.

O novo governo (PT), eleito em outubro de 2002, não só manteve os avanços da ofensiva anterior, mas continuou e avançou ainda mais essa ofensiva neoliberal durante seus dois mandatos presidenciais (2002-2010). Começando com uma reforma na seguridade social nos primeiros meses de governo, através de um projeto de lei que propunha aprofundar as reformas estatais iniciadas por FHC, impactando ainda mais os servidores públicos.

Nesse sentido, o governo Lula continua as reformas neoliberais, com

a abertura desse novo e suculento espaço de valorização foi, portanto, o primeiro dos grandes tentos (à direita, sempre) marcados pelo novo governo com a aprovação da reforma. Além disso, com a elevação das contribuições, da idade e do tempo de trabalho para a obtenção do benefício, bem como com a taxação dos inativos, o governo contou pontos também no intocável objetivo de “ajuste fiscal”. Pôde, ainda, por meio de um bem pensado programa de defesa publicitária dessa iniciativa, colocar os funcionários públicos como os grandes vilões do descalabro social do país e vender a ideia de que o intuito da reforma era simplesmente o de fazer “justiça social”. E, *last but not least*, um sistema previdenciário com predomínio do regime de repartição e sob o monopólio do Estado era algo que não combinava em nada com um país que buscava, desde o início da década de 1990, afirmar-se como uma das plataformas mundiais de valorização financeira. A reforma patrocinada pelo PT veio contribuir de forma decisiva para o alcance desse objetivo (Paulani, 2008, p. 44).

A reforma da previdência, juntamente com diversas outras formas de regularização neoliberal — como a política macroeconômica ortodoxa, o rígido ajuste fiscal, a manutenção da maior taxa de juros do mundo, a ampliação das facilidades para remessas de lucros ao exterior, a nova Lei de Falências favorável aos credores, a autonomia operacional do Banco Central, a expansão do toyotismo e do trabalho precário, a privatização do Instituto de Resseguros do Estado e a política social segmentada e paliativa —, consolidaram o Brasil, durante o governo Lula, como um dos ambientes mais favoráveis à valorização do capital monetário (portador de juros) no cenário global

Prova disso é que, no período de 2003 a 2006, a cada 10 dólares que entraram no Brasil, 6 dólares saíram como remessas de lucros para as casas-matrizes das transnacionais.

Em comparação com o período de 1999 a 2002, as remessas durante o primeiro mandato do governo Lula representaram um crescimento 3 vezes maior, revelando assim os resultados de mais de uma década de neoliberalismo, promovendo a retomada momentânea do curso ascendente da acumulação capitalista no Brasil (Folha de São Paulo, 16/10/2007; Correio Braziliense, 19/04/2010).

O jornal *O Valor Econômico* estimou, por meio de uma pesquisa realizada com informações das 50 maiores instituições bancárias instaladas no Brasil, que o capital bancário ganhou 8 vezes mais durante os governos de Lula (2003-2010) do que durante o governo de seu predecessor Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o que representa uma cifra de 279,9 bilhões no governo do PT contra 34,4 bilhões no governo de FHC (Revista Veja, 12/09/2014).

As elevadas taxas de lucro alcançadas pelo capitalismo estatal chinês nas últimas quatro décadas, aliadas à sua crescente inserção no mercado mundial, provocaram impactos significativos na dinâmica da acumulação capitalista em diversos países subordinados da América Latina. Um dos principais efeitos foi a ampliação da demanda chinesa por commodities — como cana-de-açúcar, soja, minerais, petróleo e gás natural — cujos preços internacionais, segundo indicador do Fundo Monetário Internacional (FMI), registraram alta superior a 300% durante os primeiros mandatos do governo Lula. Apesar dessa valorização, tais preços sofreram uma queda expressiva na segunda metade de 2008, no auge do curso descendente da acumulação capitalista global (Carvalho, 2018).

No Brasil, assim como na Argentina e no Chile — os três principais exportadores de matérias-primas da América Latina —, o auge do ciclo de valorização das commodities teve impactos expressivos sobre o curso da acumulação capitalista. Nesse cenário, os governos do PT, operando dentro dos limites de sua relativa autonomia em relação ao Estado capitalista e ao capital, implementaram um conjunto de formas de regularização que permitiram uma breve retomada do curso ascendente da acumulação capitalista. Essas formas foram, inclusive, capazes de atenuar e retardar os efeitos imediatos da crise financeira internacional de 2008 e do curso descendente que ela intensificou no capitalismo global a partir desse ano.

Todo esse processo de regularização da acumulação capitalista no Brasil exigiu que os governos do PT reconciliassem disputas entre distintos interesses interburgueses, bem como entre outras frações de classe — como a burocracia estatal, partidária e sindical — presentes no interior do bloco dominante, ao mesmo tempo em que asseguravam a dominação e a

cooptação de setores das classes sociais inferiores, fundamentais para a sustentação de seu apoio eleitoral.

Durante os mandatos de Lula (2003–2010), foi desenvolvido um conjunto de formas sociais estatais orientadas à criação de um 'ambiente favorável aos negócios', conforme preconiza a ideologia e a forma estatal neoliberal em suas diversas manifestações. Dentre essas formas, destacam-se aquelas voltadas à promoção da acumulação capitalista por meio da ampliação do acesso ao crédito — como os empréstimos consignados — a diferentes frações de distintas classes sociais e seus respectivos grupos sociais, viabilizado, entre outros fatores, pela redução das taxas de juros em determinados segmentos.

Apesar da ampliação da concessão de crédito pelos bancos estatais, esse resultado se deveu mais à incorporação de novas classes e grupos sociais ao mercado de crédito do que ao efetivo aumento de sua capacidade de consumo. Esse processo ocorreu paralelamente ao crescimento da renda das frações mais empobrecidas das classes sociais inferiores e ao aumento da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, predominantemente em ocupações de baixa qualificação e maior precariedade (Braga, 2016)

Uma das principais fortalezas da acumulação capitalista subordinada no Brasil sempre foi a intervenção estatal por meio de investimentos públicos — e esses investimentos se expandiram significativamente entre 2006 e 2010, com uma média de crescimento anual de 28%. Tal expansão decorreu, em grande medida, da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), viabilizado pelos ajustes fiscais neoliberais realizados nas décadas anteriores e seus efeitos sobre as contas públicas. Nesse sentido, o próprio PAC foi um desdobramento direto da ofensiva neoliberal que o antecedeu e, com sua execução, contribuiu para a manutenção da trajetória ascendente da acumulação capitalista. Ao priorizar investimentos em infraestrutura — como energia, habitação, saneamento, rodovias, aeroportos, ferrovias, portos, entre outros —, o programa impulsionou o investimento privado, ao dinamizar o mercado interno (emprego, consumo etc.) e elevar as expectativas quanto às condições estruturais futuras para a produção e reprodução ampliada do capital.

Sem mencionar que, no período descendente da acumulação capitalista, tais investimentos também promoveriam outras possibilidades de acumulação com a transferência dessas valiosas infraestruturas (acumulação de ativos fixos) para as mãos da burguesia infraestrutural (transnacional e nacional), por meio do processo de privatização, disfarçado

sob o termo concessão de rodovias, autoestradas, portos, serviços de água e energia, etc. (Santos, 2010; Carvalho, 2018).

As políticas segmentadas de assistência social implementadas pelos governos do PT (Lula e Dilma) inscrevem-se no marco do neoliberalismo e reproduzem formatos já adotados em diversos países, tanto no capitalismo imperialista dos Estados Unidos (Wacquant, 2003), quanto em formações capitalistas subordinadas, como a Argentina (Dinatale, 2004), entre outras. Em sua maioria, trata-se de políticas desenhadas, condicionadas e financiadas por instituições vinculadas ao capital transnacional imperialista, como é o caso do Banco Mundial, um de seus principais financiadores

As condicionalidades impostas a essas políticas de assistência social são precisamente o que as caracteriza como neoliberais: exigem apenas uma ínfima parcela da receita estatal para sua implementação, mas garantem elevada rentabilidade ao capital transnacional que, por meio de instituições financeiras internacionais, financia e orienta sua execução. Trata-se, portanto, de um verdadeiro programa de transferência ampliada de recursos públicos à burguesia, especialmente à fração bancária internacional.

As políticas de assistência social implementadas no Brasil durante os governos petistas correspondem aos imperativos do regime de acumulação integral e de seu Estado neoliberal em contextos de capitalismo subordinado. Inseridas na lógica mercantil do gasto público mínimo, essas políticas costumam exigir contrapartidas daqueles que as recebem, reforçando seu caráter condicional e disciplinador. Contudo, em um contexto de curso ascendente da acumulação capitalista — favorecido pela década anterior de ajustes neoliberais e pela intensificação da demanda por matérias-primas por parte da China e de outras economias asiáticas (como Índia, Coreia do Sul e Taiwan) —, a ampliação dessas políticas se tornou viável, uma vez que o Estado dispunha de maior arrecadação e disponibilidade fiscal.

Foi nesse cenário que se instituiu, em 2003, uma das principais políticas sociais de orientação neoliberal no Brasil: o Programa Bolsa Família. Inicialmente voltado a 3,5 milhões de pessoas, o programa alcançou quase 14 milhões de beneficiários em 2017, já sob o governo Temer (2016–2018), o que evidencia seu caráter estatal, para além da vinculação partidária ao PT. Essa continuidade se explica pelo fato de que políticas assistenciais similares — como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás — já haviam sido implementadas durante a gestão neoliberal de FHC, sendo posteriormente mantidas e reconfiguradas inclusive pelo governo Bolsonaro

(2019–2022), o que revela a convergência dessas iniciativas com os imperativos do Estado neoliberal e do regime de acumulação integral.

No Brasil — país historicamente marcado por um intenso processo de lumpemproletarização e pela generalização do trabalho precário entre as classes sociais inferiores —, um programa paliativo como o Bolsa Família, embora atinja apenas uma parcela reduzida das famílias brasileiras (1,3% em 2011), voltado sobretudo às frações mais empobrecidas dessas classes e, em especial, às famílias lumpemproletárias, é capaz de produzir melhorias emergenciais e pontuais nas condições de vida marcadas pela marginalização da divisão social do trabalho, pelo trabalho serviçal precário e pela informalidade. No entanto, tais efeitos não têm o potencial de transformar estruturalmente esse modo de vida no interior da sociedade capitalista brasileira.

Essas melhorias também contribuíram, do ponto de vista da acumulação capitalista, para reforçar seu curso ascendente. Os programas de transferência de renda, ao lado da trajetória crescente do salário mínimo — iniciada ainda na primeira década neoliberal (1995), sob o controle da inflação —, passaram a se acelerar após 2005. Tal combinação contribuiu, dentro dos limites impostos pelo regime de acumulação integral, para o curso ascendente da acumulação capitalista neoliberal no Brasil:

primeiro, porque elas possibilitam o consumo e garantem a circulação de mercadorias. Segundo, porque favorecem o circuito de valorização do capital bancário por meio do direcionamento de recursos do fundo público para os bancos – via remunerações por serviços prestado – e ainda permitem a subtração de parte dos recursos repassados aos beneficiários por meio da “inclusão” bancária. Assim, ampliam-se, pelo processo de monetarização das políticas sociais, as possibilidades de lucratividade das instituições bancário-financeiras, extraída tanto do valor total dos recursos repassados para que façam a mediação entre beneficiário e Estado quanto da subtração de valores resultantes das operações bancárias realizadas pelos beneficiários (Cardoso, 2021, p. 30).

Essa alteração na renda das famílias pertencentes a essas frações da classe inferior, amparadas por tais políticas estatais e absorvidas pelo mercado de trabalho em setores que, comumente, dependem de mão de obra pouco qualificada e, portanto, precária, como o de várias frações da classe serviçal e o proletariado da construção civil, que estavam ocupados em grande número, promoveu uma mudança na base salarial da sociedade, composta por essas classes e frações de classes que, devido à maior demanda por essa força de trabalho, ganharam poder de negociação e mantiveram seus aumentos salariais, alterando minimamente

seu padrão de consumo e, dessa forma, fortalecendo a curva ascendente da acumulação brasileira na primeira década do século XXI.

No que tange às alterações na chamada distribuição funcional da renda, que mede o quanto da renda gerada no país fica com os capitalistas sob a forma de lucros e o quanto fica com os trabalhadores sob a forma de salários e outras remunerações do trabalho, nota-se que, entre 2001 e 2004, a fatia dos lucros na renda nacional cresce de forma contínua, passando de 45,2% para 47,5%. A partir daí, a participação dos rendimentos do trabalho na renda total aumentou a cada ano, à exceção de 2010, passando de 52,5% em 2004 para 57,4% em 2013. (Carvalho, 2018, p. 21).

A retomada do curso ascendente da acumulação capitalista no Brasil entre 2003 e 2010 foi resultado direto da ofensiva neoliberal dos anos 1990 e de sua continuidade na década seguinte. Esse processo viabilizou um maior crescimento do PIB, o controle da inflação, a expressiva redução das dívidas interna e externa, além de uma significativa acumulação de reservas internacionais. Esses fatores, combinados ao auge dos preços internacionais das *commodities*, impulsionaram os investimentos nesse setor e em cadeias econômicas associadas, ampliando a arrecadação tributária e possibilitando a formação de um espaço fiscal que permitiu a expansão dos investimentos públicos.

As formas de regularização das relações sociais implementadas por esses governos assumiram feições nitidamente neoliberais — expressas na política financeira ortodoxa, nos cortes de gastos, na ampliação da abertura ao capital internacional, na promulgação da Lei de Falências e da Lei das Parcerias Público-Privadas (formas de privatização), na nacionalização de dívidas corporativas, na autonomia do Banco Central, nos resgates a bancos públicos e privados e na expansão do crédito. Da mesma forma, as estratégias adotadas como contratendências aos impactos do curso descendente da acumulação capitalista, intensificado pela crise financeira estadunidense de 2008/2009, também seguiram a lógica neoliberal: políticas sociais assistenciais e paliativas centradas na concessão de migalhas a determinadas frações das classes sociais inferiores — especialmente ao lumpemproletariado — por meio de programas de gasto mínimo, como o Fome Zero e o Bolsa Família.

Tais medidas incluíram ainda aumentos salariais modestos, expansão pontual do consumo e a incorporação seletiva de segmentos dos movimentos sociais (negros, mulheres, LGBT, sem-terra, sem-teto, pescadores etc.) por meio de políticas segmentadas, bem como a cooptação de lideranças sindicais — práticas marcadas por um forte caráter neopopulista. Contrariando o discurso do PT, quase nada foi feito no sentido de alterar estruturalmente a

condição de pobreza das classes sociais inferiores, a precarização do trabalho ou o processo de lumpemproletarização. Prova disso é que mudanças pontuais realizadas pelo governo Temer (2016–2018) nessas políticas paliativas foram suficientes para provocar, de imediato, um aprofundamento do empobrecimento de milhões de indivíduos pertencentes a essas classes.

Atualmente, há um consenso consolidado em distintas correntes da sociologia, da ciência política e da economia política brasileira de que os governos do PT são governos de caráter neoliberal (Filgueiras e Gonçalves, 2007; Paulani, 2008; Teixeira e Pinto, 2012). Rompem com esse entendimento os ideólogos orgânicos do petismo (Sader, 2013) e seus defensores mais engajados, que, com notável criatividade ideológica, limitam-se a classificá-los como 'pós-neoliberais' — uma formulação que nada esclarece, pois nenhum fenômeno pode ser definido com rigor por aquilo que supostamente deixou de ser, mas sim por aquilo que concretamente é. Outros, movidos por compromissos político-partidários, preferem enquadrá-los como 'movimentos contraditórios', escamoteando a centralidade do neoliberalismo como fundamento estrutural e diretriz material desses governos.

De uma espécie de 'social-democracia de esquerda' em sua origem nos anos 1980, o PT foi gradualmente se convertendo, já nos anos 1990, em uma 'social-democracia de direita'. No início do século XXI, sob as exigências do regime de acumulação integral, tornou-se um partido encarregado de conduzir e dar estabilidade à regularização do neoliberalismo brasileiro — repetindo a trajetória de diversos partidos social-democratas que ascenderam ao poder em contextos semelhantes. Esse processo foi marcado por sucessivos abandonos programáticos e pela expulsão ou marginalização de seus setores mais à esquerda, ao passo que se consolidavam as alas mais moderadas e burocráticas, voltadas a aperfeiçoar a organização partidária com vistas à conquista e à manutenção do governo federal.

Vale ressaltar que essa dinâmica não é uma exclusividade do petismo, mas uma tendência recorrente entre os partidos que, ao almejavarem o exercício do poder de Estado sob o regime de acumulação integral, precisam se reorganizar burocraticamente e demonstrar à burguesia sua aptidão para gerir o Estado neoliberal com estabilidade e previsibilidade. Em síntese, no contexto do regime de acumulação integral, não há nada mais neoliberal do que um social-democrata no poder — e, em muitos casos, até mesmo autodeclarados socialistas tornam-se executores zelosos dessa mesma lógica. Exemplos notórios dessa inflexão podem ser observados nos governos de Felipe González, na Espanha (a partir de 1982), e de François

Mitterrand (1981) e François Hollande (2012), na França, revelando como a ‘esquerda institucionalizada’ pode assumir um papel central na condução e na reprodução do regime de acumulação integral.

A trajetória concreta da social-democracia europeia confirma essa tese. Com a consolidação do regime de acumulação integral e suas exigências históricas, todos os partidos social-democratas acabaram se convertendo em partidos neopopulistas neoliberais, preservando, no máximo, o nome, as cores, as bandeiras e as siglas que os identificavam originalmente. No Brasil, por sua vez, a consolidação do neoliberalismo deu-se pelas mãos de um presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e seguiu seu curso com presidentes do Partido dos Trabalhadores (PT).

Após dois mandatos marcados pela expressão dos interesses da burguesia bancária — tanto internacional quanto nacional —, assim como das diversas frações da burguesia interna (industrial, mineradora, agrícola, infraestrutural etc.), ainda que por vezes em desalinho com a fração bancária no interior do bloco dominante, o neoliberalismo neopopulista do PT conseguiu se sustentar no poder por um terceiro mandato consecutivo, com a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Contudo, a partir de 2011, a intensificação do curso descendente da acumulação capitalista no Brasil sinalizava tempos adversos. Com essa inflexão, tornaram-se visíveis os indícios de esgotamento do neoliberalismo neopopulista petista e as pressões crescentes por parte de frações do bloco dominante — em especial dos setores bancário e industrial —, agora em processo de fratura, pela reconfiguração do projeto hegemônico na direção de um neoliberalismo discricionário (Maia, 2015; Braga, 2020b).

Ao assumir o governo em um cenário internacional marcado pelo curso descendente da acumulação capitalista global e pelo esgotamento do neoliberalismo neopopulista petista — especialmente em razão do conjunto de medidas econômicas adotadas pelo governo Dilma e de sua limitada capacidade de articulação política —, a rentabilidade do capital começou a declinar no país. A única exceção foi a rentabilidade da burguesia bancária, que permaneceu elevada mesmo em meio ao agravamento da crise

O governo Dilma (2011-2016) e o curso descendente da acumulação capitalista

A crise financeira dos Estados Unidos, deflagrada em 2008, não afetou de forma imediata o curso ascendente da acumulação capitalista no Brasil, mas seus desdobramentos passaram a comprometer progressivamente esse processo. Diante disso, o governo foi levado

a formular diversas contratendências com o objetivo de preservar os interesses da burguesia. No segundo semestre daquele ano, o país enfrentou uma queda acentuada nas negociações das bolsas de valores — com retração de 60% entre maio e outubro —, uma expressiva fuga de capitais para o exterior e o início de um movimento de valorização do dólar frente ao real. Como consequência, a produção capitalista, o consumo e o emprego da força de trabalho começaram a sofrer impactos negativos, à medida que a demanda interna e externa se retraía.

Para a burguesia nacional, cuja capacidade produtiva depende do financiamento fornecido pelo capital bancário transnacional, tornou-se cada vez mais difícil manter esse fluxo de crédito, mesmo após o Banco Central do Brasil ter reduzido suas reservas e liberado cerca de 94 bilhões de reais ao 'mercado monetário capitalista' até o final de 2008. Diante da retração do consumo e da desaceleração econômica, o governo do PT adotou uma série de medidas para estimular a demanda interna: renunciou a tributos, incentivou o mercado imobiliário por meio de vultosos aportes estatais destinados à construção de habitações populares (Programa Minha Casa, Minha Vida) e ampliou significativamente o crédito público. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumentou em 43% suas concessões, enquanto outros bancos estatais — como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal — passaram a oferecer crédito subsidiado para financiar os investimentos da burguesia interna.

No ponto alto da crise financeira, em setembro de 2008, quando quebrou o Lehman Brothers, um banco de investimentos e outros serviços financeiros, o Banco Central brasileiro liberou R\$ 13 bilhões para o sistema financeiro na forma de compulsório adicional (Estadão online). Entre setembro de 2008 e janeiro de 2009 o Banco do Brasil injetou diretamente, R\$ 3 bilhões ao Banco Votorantim e R\$ 1,7 bilhão ao Banco Safra sendo que o último teve ainda 23 liberados pela Nossa Caixa, em virtude das gestões do governo federal, mais R\$ 400 milhões, com intuito de auxiliá-los a revigorar o caixa em meio ao caos mundial de escassez creditícia. O Banco do Brasil injetou ainda R\$ 700 milhões no banco Alfa através de compras de operações de crédito consignado. A empresa privada Sadia também foi amparada após sofrer perdas significativas em operações financeiras com um empréstimo de R\$ 900 milhões (Gil; Barizão 2012, p. 22-23).

Os impactos da crise também se refletiram diretamente na burguesia industrial, como demonstram os indicadores da produção do setor. Em 2008, a produção industrial brasileira já apresentava uma desaceleração, com crescimento de apenas 3,1%, frente aos 6% registrados no ano anterior. No último trimestre daquele ano, logo após a eclosão da crise financeira

internacional, os índices se tornaram ainda mais desfavoráveis, com variações negativas de -2,8%, -5,2% e -12,4%. Outra fração burguesa sensivelmente afetada pela inflexão do ciclo da acumulação capitalista global foi a burguesia comercial. Em dezembro de 2008, o comércio varejista registrou retrações de 0,3% no volume de vendas e de 0,6% nas receitas nominais em relação ao mês anterior. Esses resultados confirmaram a tendência regressiva do setor no último trimestre do ano, que acumulou uma queda de 2,3% no volume de vendas.

Apesar dos inegáveis efeitos da crise financeira internacional sobre o curso da acumulação capitalista no Brasil, o país ainda reunia condições para atenuar seus impactos no curto prazo. Um indicativo disso foi a retomada do curso ascendente já no segundo trimestre de 2009, com um crescimento de 2,3%, que chegou a 7,5% em 2010. No entanto, a partir de 2011, embora o curso descendente tenha sido momentaneamente contido, ele voltou a se intensificar progressivamente, aprofundando-se de forma mais aguda a partir de 2015.

A crise financeira internacional expôs de forma ainda mais evidente a fragilidade da produção capitalista subordinada no Brasil e sua reduzida capacidade de competir com o capital transnacional. Enquanto o comércio varejista conseguiu recuperar os níveis de crescimento anteriores a 2008, a indústria nacional permaneceu em trajetória mais lenta, revelando um desalinhamento persistente entre os setores. Essa disparidade decorre, em grande parte, do expressivo crescimento das importações — que aumentaram 103% entre 2005 e 2010 —, intensificando a concorrência externa e aprofundando a dependência e vulnerabilidade da estrutura produtiva industrial do país.

Nesse contexto, setores específicos do bloco dominante — como a burguesia industrial, representada por figuras como Paulo Skaf (Fiesp), e a burocracia sindical, com lideranças como Artur Henrique (Força Sindical), Sérgio Nobre (Metalúrgicos do ABC) e outros dirigentes sindicais — uniram-se em torno de interesses imediatos comuns, pressionando o governo federal. Essa aliança se expressou, por exemplo, na demanda por um 'acordo para a indústria brasileira', noticiada pela Folha de São Paulo em 26 de maio de 2011.

A principal dificuldade enfrentada pela agenda industrial durante o governo Dilma residia na necessidade de reduzir a taxa de juros, medida que inevitavelmente provocaria tensões com outras frações do bloco dominante, especialmente aquelas vinculadas à burguesia bancária, tanto nacional quanto transnacional. Ainda assim, o governo avançou na sistematização de sua política industrial, implementando 287 medidas de desoneração tributária voltadas ao capital industrial, que se tornaram centrais até 2015. Estimava-se que,

entre 2015 e 2018, essas políticas representariam uma renúncia fiscal próxima a 600 bilhões de reais — superando os 575 bilhões já investidos entre 2014 e 2017. Em poucos anos, essa estratégia se intensificaria, alcançando 42 setores industriais e impondo um custo anual de cerca de 25 bilhões de reais ao Estado, o que gerou uma pressão significativa sobre as finanças públicas (Valor Econômico, 02/12/2014; G1 – O Globo, 27/02/2015).

Diante da manutenção de diversas moedas subvalorizadas na Ásia e da intensa entrada de capitais especulativos na América Latina — com impactos diretos sobre a valorização da moeda brasileira — tornou-se inviável garantir maior competitividade aos produtos nacionais frente aos importados. Para enfrentar a sobrevalorização do real, era necessário intervir no mercado cambial a fim de estimular a competitividade da indústria nacional. Foi nesse contexto que, em julho de 2011, o governo Dilma editou a Medida Provisória 539, que ampliava o controle sobre operações com derivativos, impondo tributos, multas e juros a determinadas transações financeiras como forma de conter a valorização cambial (Carvalho, 2018).

Outra iniciativa do governo para proteger a indústria nacional foi o Decreto nº 7.567, de 16 de setembro de 2011, voltado a restringir a concorrência da produção automotiva estrangeira. A medida afetaria cerca de 15 empresas, ao elevar em 30 pontos percentuais a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre aproximadamente metade das importações de veículos. O aumento valia para automóveis oriundos de fora do Mercosul que não apresentassem, no mínimo, 65% de conteúdo nacional (G1 - Globo, 16/09/2011).

No ano seguinte, o governo adotou uma série de novas medidas voltadas ao incentivo da produção industrial nacional. Entre elas, destaca-se a contratação, por parte da estatal Petrobrás, de 26 embarcações destinadas à perfuração de plataformas em águas profundas, com um valor de aluguel estimado em 76 bilhões de dólares ao longo de 15 anos. Além disso, foram alugadas 21 plataformas à empresa Sete Brasil, com um custo diário de aproximadamente 530 mil dólares por unidade, além de diversos outros contratos semelhantes. Esses acordos estipulavam como exigência a utilização de conteúdo nacional entre 55% e 65% (G1 - Globo, 10/12/2012).

Outro instrumento acionado pelo governo para controlar a inflação foi a intervenção nos preços administrados de produtos e serviços ofertados por estatais ou empresas privatizadas sob regime de concessão, cujas tarifas ainda são definidas ou reguladas pelo

Estado. Contudo, tal estratégia revelou-se ineficaz e prejudicial ao curso da acumulação capitalista no país. O congelamento do preço da gasolina praticado pela Petrobrás, com o objetivo de conter a inflação, equiparar seu valor ao do etanol e incentivar o consumo deste, produziu um efeito inverso: intensificou a demanda por gasolina e reduziu o consumo de etanol. Como consequência, a burguesia agroindustrial acumulou perdas estimadas em 40 bilhões de reais (Folha de S. Paulo, 22/11/2016).

A Medida Provisória 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, resultou em uma redução abrupta no preço da eletricidade ao antecipar, sem licitação, a renovação de contratos de concessão que venceriam entre 2015 e 2017, estendendo-os por mais 30 anos e isentando os concessionários hidrelétricos de encargos adicionais. Em contrapartida, as concessionárias comprometeram-se a reduzir em 18% o custo da energia para o consumo residencial e em 32% para o consumo industrial e comercial. No entanto, essa política de redução tarifária gerou um custo superior a 60 bilhões de reais aos cofres públicos — valor que, posteriormente, seria repassado à população por meio de encargos e tarifas (Lei nº 12.783/2013).

Essa transferência gerou uma acumulação inflacionária de 60% entre 2014 e 2015, cujo impacto foi sentido de forma abrupta pelos consumidores, correspondendo a cerca de 40% da inflação registrada em 2015. Já em 2021, os aumentos no preço da energia acumulavam uma alta de 114% (Agência Brasil, 08/04/2015; CNN, 18/01/2022). Diante do curso descendente da acumulação capitalista, a redução das tarifas de energia e de tributos, assim como o conjunto de incentivos voltados à burguesia industrial, mostraram-se incapazes de promover ganhos estruturais de competitividade nacional. No limite, essas medidas apenas permitiram a essa fração de classe recompor, parcialmente, suas taxas de lucro.

Entre 2011 e 2015, o curso descendente da acumulação capitalista brasileira se agravou, e vários indicadores econômicos demonstram isso: o crescimento do PIB caiu 2,5% (2011-2014), atingindo -3,8% (2015), a formação bruta de capital desacelerou (2011-2014) com uma taxa de crescimento anual de 1,8% - entre 2007-2010 foi de 9,9% - e alcançou -14% (2015), uma queda significativa no crescimento médio anual do consumo das famílias de 2,7% (2011-2014) e de 4% (2015), forte redução na produção industrial (-6,2%), aumento inflacionário de 6% ao ano (2011-2014) para 10,67% em 2015, redução da taxa média de crescimento do investimento estatal, de 35,3% entre 2007-2010 para 0,8% (2011-2014) e -12,2% em 2015, etc. (Gentil, 2017).

Diversos fatores se desenvolveram no país e contribuíram para a intensificação do conflito social a partir de maio/junho de 2013, assim como para o progressivo enfraquecimento do governo do PT, que não promoveu alterações substantivas nas condições históricas de superexploração do trabalho, pobreza, precariedade nas condições de vida e trabalho, marginalização imposta pela divisão social do trabalho e violência extrema — tanto urbana quanto rural —, elementos que definem, de maneira estrutural, o modo de vida das classes inferiores no capitalismo brasileiro contemporâneo. Ao contrário disso, mesmo com concessões pontuais e limitadas — como reajustes salariais, criação de empregos precários, expansão do crédito que favoreceu bancos públicos e privados, e uma distribuição de renda instável —, as contradições sociais se aprofundaram e transbordaram para as ruas, num contexto de crescente desestabilização do regime de acumulação integral.

A situação foi marcada pelo retorno da inflação, o auge do movimento grevista no setor público e privado, a expansão do trabalho precário e a maior precarização dos serviços públicos, a violência social, a precariedade do transporte coletivo e o aumento abusivo das tarifas, pela retomada das lutas estudantis (estudantes secundaristas e universitários), o que, em resumo, expressou um aumento silencioso do descontentamento social, expresso nas lutas de rua durante as jornadas de maio e junho de 2013, nas greves de caminhoneiros com bloqueios de rodovias (2013 e 2015), bem como o maior enfraquecimento do governo do PT.

As jornadas de protesto que se espalharam por diversas cidades brasileiras em 2013 evidenciaram o acirramento das contradições sociais e a insatisfação crescente diante do aprofundamento da precarização e da exploração. Embora o aumento das tarifas do transporte público tenha sido o estopim mais visível, as manifestações expressavam um descontentamento mais amplo. Em vez de buscar mediações políticas ou reconhecer as causas profundas da insurreição social, o governo Dilma respondeu com uma repressão violenta, reproduzindo uma lógica típica das democracias neoliberais: a construção de inimigos imaginários — como “vândalos” e “criminosos” — para legitimar o uso da força estatal. Essa brutalidade repressiva, somada à criminalização e judicialização das lutas sociais, resultou no enfraquecimento e recuo das mobilizações. O governo Dilma, nesse contexto, assumiu um caráter marcadamente hiperrepressivo (Carta Capital, 26/02/2015).

À medida que se aproximavam as eleições, setores do bloco dominante intensificaram sua pressão por medidas neoliberais discricionárias, sinalizando a necessidade de uma nova etapa da ofensiva neoliberal no país. Diante disso, o governo do PT apostou na camuflagem,

difundindo a narrativa de que a reeleição de Dilma Rousseff funcionaria como um dique contra o avanço do neoliberalismo. No entanto, mal terminada a disputa eleitoral — vencida por uma margem estreita —, o governo apressou-se em abandonar esse artifício. Em menos de um mês, Dilma nomeou para o Ministério da Fazenda um dos quadros mais ortodoxos do pensamento neoliberal no Brasil, o engenheiro e economista Joaquim Levy. Iniciava-se, assim, a política de austeridade exigida pela desestabilização do regime de acumulação integral brasileiro — revelando, sem subterfúgios, a eficácia do próprio PT em implementar o projeto neoliberal sob a lógica da austeridade capitalista.

Em 2015, o ministro Joaquim Levy revelou com clareza a que veio, ao apresentar uma proposta de corte orçamentário que resultaria na maior restrição de recursos da história do país. Sua proposta inicial era ainda mais severa do que a que veio a ser aprovada, prevendo um total de 70 bilhões de reais em cortes nas despesas não obrigatórias: 25,7 bilhões retirados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 21,5 bilhões referentes a emendas parlamentares e 23 bilhões em outros gastos discricionários. Nenhum ministério foi poupado. Os mais impactados foram os Ministérios das Cidades (com corte de 17 bilhões), da Saúde (12 bilhões) e da Educação (9,5 bilhões). O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, voltado à população de baixa renda, sofreu uma redução de 7 bilhões de reais em seu orçamento (G1 – Jornal da Globo, 22/05/2015).

Ainda assim, o curso descendente da acumulação capitalista brasileira prosseguiu sem reversão. Nenhuma medida de ajuste, ainda que conduzida sob a retórica da responsabilidade fiscal e do compromisso com a estabilidade, foi capaz de conter o avanço do curso descendente. A meta de superávit primário — convertida em símbolo de confiança do governo junto ao capital — revelou-se inviável diante da forte retração da atividade econômica, com queda de 3,5% no PIB, e da redução de 3% nas receitas federais apenas no primeiro semestre de 2014. Mesmo sendo um dos pacotes de austeridade mais impopulares do período democrático recente, o ajuste foi plenamente compatível com os marcos institucionais e ideológicos da democracia burguesa brasileira. Isso revela não apenas a elasticidade desse regime político burguês para absorver medidas regressivas, mas também sua função no gerenciamento das contradições do capitalismo em favor da classe burguesa. A democracia burguesa, longe de representar um limite à ofensiva neoliberal, mostrou-se capaz de legitimar políticas que aprofundam a precarização das condições de vida da maioria das classes inferiores.

A partir de então, a pressão contra o governo Dilma cresceu e se intensificou, vinda de diferentes setores do bloco dominante (burguesia, burocracia, intelectualidade, etc.) exigindo um neoliberalismo discricionário. Nessa pressão política, o capital comunicacional (empresas de comunicação capitalistas) e seus intelectuais auxiliares (jornalistas, comentaristas, politólogos, economistas, colunistas, etc.) desempenharam um papel fundamental na construção de um consentimento social, de uma hegemonia cultural, através da construção da corrente de opinião que aponta a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, cortar seus gastos, reformar as aposentadorias e as leis trabalhistas, reduzir os impostos sobre o capital e aumentar os impostos sobre a população, privatizar, etc. (Braga, 2020b).

O ano de 2015 marcou o acirramento das disputas no interior do bloco dominante, acompanhado por uma crescente polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT), junto a seus aliados, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e demais forças oposicionistas. Esse cenário conflitivo desembocou no processo de impeachment de Dilma Rousseff, que significou não apenas o colapso do projeto neopopulista petista, mas também a consolidação de uma nova correlação de forças no interior do Estado. A chegada de Temer ao poder inaugurou uma nova etapa da ofensiva burguesa, caracterizada pela sistematização mais coerente e agressiva do neoliberalismo discricionário no Brasil, aprofundando o desmonte de direitos sociais e a reconfiguração do Estado segundo os interesses do capital.

Considerações finais

Neste trabalho, destacamos um aspecto importante para compreender o Estado neoliberal: sua historicidade. O neoliberalismo não nasce pronto, não é uma "receita/terapia neoliberal", como afirmam a economia política e a ciência política progressista (Carcanholo, 2005; Paulani, 2005; Singer, 2012), nem um "modelo econômico" a ser adotado, como afirma o pseudomarxismo estruturalista (Boito, 2018; Martuscelli, 2015).

À medida que o neoliberalismo avança subordinado à dinâmica do regime de acumulação integral, sua dinâmica e historicidade correspondem à dinâmica e historicidade deste regime de acumulação, e não a uma receita ou modelo que pode ser aplicado de forma autônoma por este ou aquele governo, como sugerem essas ideologias progressistas. Nesse sentido, o neoliberalismo discricionário brasileiro é o neoliberalismo exigido pelo regime de acumulação integral em sua fase de desestabilização no país (Maia, 2015; Viana, 2020).

Essa forma neoliberal continua a ser implementada no país, com diferenças pontuais, por todos os governos que se sucederam desde 1990. Mesmo hoje, o governo Lula (2023-2026), em aliança com os governos estaduais, avança no projeto neoliberal discricionário de privatização das prisões brasileiras, por exemplo (NECCSO, 15/10/2023¹). São os resultados dessa forma estatal e sua capacidade de intervir no curso descendente da acumulação e sua retomada ascendente ou as lutas sociais que determinarão a permanência ou não da forma neoliberal discricionária no Brasil contemporâneo.

Ao longo deste trabalho, demonstramos que o neoliberalismo não pode ser compreendido como um modelo ideológico aplicável por decisão política voluntarista, mas como uma forma estatal historicamente determinada pela dinâmica do regime de acumulação capitalista integral. Sua implementação, suas metamorfoses e sua persistência no Brasil não derivam de escolhas pontuais de governos, mas de exigências fundamentais da própria lógica desse regime de acumulação, especialmente em sua fase de desestabilização e dissolução.

Nesse sentido, o neoliberalismo no Brasil — inclusive em sua versão neopopulista durante os governos do PT (2003–2016) — expressa a tentativa do bloco dominante de regularizar o curso ascendente da acumulação capitalista por meio de mecanismos de cooptação social, políticas sociais segmentadas, ampliação do crédito e repressão preventiva e contrainsurgente. Trata-se, portanto, de uma forma de regularização que, embora tenha promovido uma breve retomada do curso ascendente da acumulação, manteve intocados os fundamentos da superexploração do trabalho, a lumpemproletarização social e a dominação de classe regularizada pelo Estado burguês.

A emergência do neoliberalismo discricionário a partir dos últimos anos do ciclo analisado — e sua continuidade nos governos posteriores, inclusive o atual governo Lula (2023–2026), como demonstrado na privatização em curso do sistema prisional — evidencia que estamos diante de uma forma histórica de neoliberalismo — o discricionário — exigida pela fase crítica da acumulação integral. A intensificação do autoritarismo estatal, a financeirização da renda estatal e a segmentação das políticas sociais revelam o aprofundamento dessa dinâmica de dominação.

Portanto, concluímos que a permanência ou superação do neoliberalismo discricionário no Brasil dependerá menos das promessas institucionais e mais da correlação de forças entre a capacidade repressiva do Estado e as lutas sociais capazes de interromper,

¹ Ver *A privatização dos presídios: a contribuição do governo lula (2023)*. Em: <https://neccso.com/notas-do-neccso/>

desorganizar e reverter a lógica destrutiva da acumulação capitalista na hodiernidade – fase atual da contemporaneidade.

Referências

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional – a criminalização do movimento de desempregados na Argentina*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

BRAGA, Lisandro. Acumulação integral e escalada repressiva nos EUA e na Europa (1980-2000). In: ALMEIDA, Felipe M. (Org.). *O regime de acumulação integral – retratos do capitalismo contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020a.

BRAGA, Lisandro. Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil (2015-2018). Revista E-l@tina. Vol. 18, núm. 72, 2020b.

BRAGA, LISANDRO. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. Goiânia: Ragnatela, 2024.

BOITO, Armando. *Reforma e crise política – os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: UNICAMP e UNESP, 2018

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo – modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAGA, Ruy. Terra em transe – o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha – os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BROWN, Wendy *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CARCANHOLO, Marcelo. *A vulnerabilidade econômica do Brasil*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2005.

CARDOSO, Renata. *No olho do furacão – as políticas sociais nos governos petistas (de 2003-2016)*. Campinas, SP: Saberes e Práticas, 2021.

CARVALHO, Laura. *A valsa brasileira – do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DINATALE, Martin. *El festival de la pobreza – el uso político de planes sociales en la Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contratempo, 2007.

GENTIL, Denise. *Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma (2011-2015)*. Revista da Sociedade Brasileira de economia política. Número 46, janeiro-abril de 2017.

MAIA, Lucas. *A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil*. Revista Despierta. Ano 03, número 03, 2015.

MAIA, Lucas. e VIANA, Nildo. *Marx e o capital bancário – o segredo dos juros e do capital monetário*. Goiânia: Ragnatela, 2022.

MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.

MARX, Karl. *O capital*. Tomo 3. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ORIO, Mateus. *Capital recreativo – a apropriação capitalista do lazer*. Curitiba: CRV, 2019.

PAULANI, Leila. *Brasil delivery – servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SADER, Emir. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. Em: SADER, Emir (org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo e Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, Cleusa. et al. *PAC – uma orientação neoliberal para as políticas sociais – gestão dos direitos ou negócios do social?* Revista Ser Social. Volume 12, número 16, jan.-jun., 2010.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VASCO, Edinei. *Movimentos sociais e ideologia do reconhecimento: uma crítica ao pensamento de Axel Honneth*. 2022. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2022. 292 p. 2022.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009..

VIANA, Nildo. Regime de acumulação integral e dinâmica histórica do neoliberalismo. Em: ALMEIDA, F. M. *O regime de acumulação integral – retratos do capitalismo contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

WACQUANT, Löic. *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, Löic. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Texto aprovado para publicação em 25 de janeiro de 2025.